

A construção de uma contra-hegemonia no espaço televisivo¹

Ana Inés GARAZA²

Iluska COUTINHO³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

Resumo:

Diferentes iniciativas políticas desenvolvidas na região latino-americana marcam a busca de ações que apontam para a democratização da comunicação e para a liberdade de expressão naquelas sociedades. Neste processo, foram abertos espaços às organizações sociais e aos setores populares no Uruguai, foco da reflexão neste trabalho. Estas experiências são vistas como potenciais oportunidades para que tais setores, antes alijados dos processos de comunicação em larga escala, se afirmem como sujeitos que expressam e constroem suas necessidades, valores e particularidades. A proposta do artigo é compreender em que medida Replanteo TV, primeiro programa televisivo realizado no Uruguai por uma organização sindical, Sindicato Único Nacional da Construção e Anexos, permite a circulação de narrativas nas quais os trabalhadores assumam um papel mais atuante na práxis social.

Palavras-chave:

Políticas da comunicação, organizações sociais, contra-hegemonia, televisão, narrativas audiovisuais.

Introdução

Nos últimos anos, diversos países da América Latina, de forma mais ou menos incipiente, têm desenvolvido ações para a democratização de seus meios de comunicação. A presença de governos de esquerda tem motivado a participação de atores políticos que promovem, por meio de suas próprias expressões, profundas mudanças sociais. Historicamente, essa região se caracterizou pela concentração da propriedade dos meios de comunicação, o que influenciou negativamente a liberdade de expressão e o desenvolvimento das democracias. Na última década, no entanto, foram concretizadas novas regulamentações de radiodifusão na região. Este fato provocou o estabelecimento de novos parâmetros para o funcionamento das mídias, o que, por conseguinte, gerou oposições acerca de interesses políticos e econômicos.

¹Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Mestranda do Curso de Comunicação e Sociedade da UFJF, email: aines.g29@gmail.com.

³Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação e Sociedade da UFJF, email: iluska@globocom.com.

No Uruguai, o Poder Legislativo, o Senado e a Câmara de Representantes aprovaram o dia 23 de dezembro de 2014 a Lei 19.307, que regulamenta a prestação de serviços de rádio, televisão e outros serviços de comunicação audiovisual. O novo marco regulatório busca promover o direito à livre expressão, ao acesso e produção cultural, bem como o direito dos cidadãos à informação e à comunicação. Neste contexto, e com o desenvolvimento da televisão digital, o governo uruguaio definiu a concessão de sinais televisivos para o gerenciamento de três tipos de operadores: públicos, privados e comunitários. Entende-se por setor público aquele formado por órgãos gerenciados pelas instituições estatais (ministérios, governos nacionais e municipais, e demais entidades); por outro lado, o setor privado é aquele integrado por associações que buscam um fim econômico; e, por fim, o setor comunitário é aquele gerenciado por organizações sociais que não possuem fins lucrativos. Com a adoção de um sistema de televisão digital, o Uruguai determinou a concessão ao Plenário Intersindical de Trabalhadores – Central Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT) – de um sinal televisivo para o desenvolvimento de um canal comunitário, na televisão aberta.

Por meio dessas ações e definições de um marco legal, pretende-se realizar uma distribuição equitativa do espectro radioelétrico que, como bem público, contemple e equilibre a diversidade de interesses e necessidades de todos os setores da sociedade. Ao estabelecer uma comunicação sem privilégios, elas buscam dar voz aos sujeitos que foram historicamente excluídos da representação massiva. Dar uma ordem alternativa ao espaço comunicativo, como novas regras e atores, criando outras palavras, outras imagens e sentidos que atravessam outras subjetividades, implica questionar formas arraigadas de pensar e desenvolver a comunicação. Isto se relaciona, principalmente, com a possibilidade de exercer a comunicação enquanto direito de todos os indivíduos, rompendo com dicotomias que separam o interesse público do estatal, isto é, superando o aparelhamento do Estado por interesses privados. Além disso, essas tentativas também manifestam a possibilidade de desvincular a produção cultural do lucro econômico, reduzindo, dessa maneira, os privilégios atribuídos aos discursos apresentados dentro dos padrões comerciais, marcados pela negação de posturas e visões alternativas, e pela justificação dessa negação como expressão da liberdade editorial.

A participação das organizações sociais gerenciando seus meios de comunicação e tendo a possibilidade de construir e colocar seus próprios sentidos e suas reivindicações pode ser vista como uma oportunidade para que estes setores exerçam e construam

autonomia. A sociedade civil, atuando num âmbito político e numa estrutura de Estado complexa, ganha protagonismo para apresentar seu projeto de sociedade na disputa pelo poder, destacando, assim, suas práticas cotidianas. O desenvolvimento de políticas de comunicação surge como iniciativa para a democratização do espaço público. Este, uma vez em construção, transforma-se em potencial espaço de disputa pela hegemonia (no sentido gramsciano). Devemos considerar que a sociedade atual tem conseguido fazer prevalecer um projeto de sociedade baseado nos valores do capitalismo, ampliando-os não só através da coerção, assim como o explica Antonio Gramsci (2001), mas especialmente por meio da construção de consenso. Neste sentido, seguindo estas ideias, podemos entender que a elaboração de uma ideologia é uma forma de produção e reprodução de uma ordem em um sistema que desenvolve estratégias para se manter. Nesse processo, a comunicação pode se considerar arena decisiva para a instalação de consentimento, uma vez que se apresenta enquanto espaço para refutar ideias e construir novos valores.

As considerações realizadas neste artigo fazem parte de uma pesquisa de mestrado, realizada no âmbito do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais (CNPq-UFJF), em que se tomou como objeto de análise o primeiro programa televisivo realizado no Uruguai por um sindicato - Replanteo TV (programa elaborado pelo Sindicato Único Nacional da Construção e Anexos). Nela, o que se pretende é observar de que maneira os trabalhadores constroem suas próprias representações por meio da elaboração e do uso da imagem. Queremos realizar aqui uma reflexão acerca de como é utilizada a linguagem visual neste caso, questionando desde quais modelos se constitui a comunicação desses agentes, até se suas representações são diferentes daquelas historicamente desenvolvidas pelas mídias tradicionais. Considerando que, assim como o entende César Bolaño (2013), um dos triunfos do capitalismo é reproduzir seus valores em todos os âmbitos da sociedade, dada a sua capacidade de absorver formas que se apresentam como resistências a sua dinâmica, cremos ser necessário questionar em qual sentido a criação de um espaço de comunicação comunitária contribui com alternativas para a geração de mudanças sociais.

A construção da hegemonia narrativa

Na última década, marco dos últimos governos democráticos, a partir de diferentes decisões políticas, tem-se ressignificado na região latinoamericana a participação social, dando espaço para o exercício e construção da autonomia em certos setores. Têm emergido paralelamente ao poder institucionalizado novas alternativas de participação. A imposição de soluções concretas “desde baixo”, através de afirmações identitárias locais, bem como da busca por respostas próprias frente às necessidades sentidas, põem em dúvida as soluções que o sistema tem dado até o momento, fato que esgota e revela a demanda por alternativas novas. Nesse sentido, pode considerar-se que as variadas expressões das organizações sociais são manifestações que, em alguma medida, se distinguem das condições de dominação – colonial, étnica, de classe, de gênero – ainda presentes na sociedade atual, e que se configuram como maneiras de contestar uma ordem estabelecida (Renna, 2014).

As diversas experiências militantes que procuram estabelecer formas mais democráticas para a definição dos espaços de comunicação, propondo a reorganização da concessão de mídias e estabelecendo novos marcos regulatórios para a instalação de novos sentidos, mostra como a sociedade organizada ganha hoje, nas diferentes negociações, um lugar de maior protagonismo. Podemos entender este fato como algo maior se pensamos que estas definições pretendem incidir sobre temas complexos que geram posições opostas, ao querer estabelecer as bases sobre as quais se assenta a comunicação e as formas como se estruturam as mídias numa sociedade. Neste sentido, as estruturas autoritárias e burocráticas parecem ceder espaço para iniciativas que buscam quebrar as formas centralizadoras do Estado, não sem evidenciar contradições na pretensão de estabelecer novos parâmetros de participação e inclusão. Porém, é preciso entender que atualmente existe uma contínua aplicação de políticas neoliberais que significam a resistência de uma elite fortalecida, numa permanente rede de interesses que reduzem o potencial dos movimentos populares em sua proposta de materializar formas sociais democráticas.

Aníbal Quijano (2014) é um dos autores para quem a sociedade atual está configurada fortemente por duas formas: o privado capitalista e privado estatal. Estes dois tipos de relações procuram, através de diferentes estratégias, um mesmo objetivo: controlar o capital e obter poder político - econômico.

Lo privado capitalista, o más generalmente lo privado mercantil, implica un interés opuesto a los del conjunto de la sociedad, de modo que no puede ser compatible con la equidad, la solidaridad, la libertad o una democracia que esté constituida de esos elementos, sino hasta el límite del interés privado. Lo estatal o lo público de ese privado son, exactamente, la expresión de esa limitada compatibilidad: emerge y se impone, precisamente, cuando la lógica última de la dominación está en peligro. (Quijano, 2014, p. 717)

Segundo Quijano (2014) as experiências históricas na América Latina permitiram o surgimento de outra forma do privado, entendida como o privado social. Para o autor, estas experiências surgidas no âmbito social não devem ser entendidas como isoladas, aleatórias ou transitórias, mas sim como experiências que se consolidam como práticas assumidas por muitos setores da sociedade, isto é, alternativas que se expandem, fazendo surgir novas subjetividades. Neste sentido, o privado social tende a gerar sua esfera institucional pública.

Lo que es, sin embargo, sorprendente, es que aún bajo esas condiciones, las prácticas e las instituciones del nuevo privado-social y de sus instituciones públicas-no-estatales, existen, se reproducen, aumentan de número y de tipo, y se van convirtiendo en una nueva y vasta red de organización de una nueva “sociedad civil”. (Quijano, 2014, p. 720)

A complexificação dos Estados, a partir do século XX, determinou que a relação direta existente entre as esferas econômica e política, se tornasse mediada pela construção e pelo financiamento de uma esfera onde atua a sociedade civil. A construção de uma esfera privada separada do Estado surge da necessidade da burguesia de se preservar e se colocar como classe dirigente. Seu vínculo com o espaço público estatal se constitui segundo a pretensão de que este atenda suas necessidades, ao mesmo tempo que não represente um obstáculo para sua expansão. A criação de um Estado de direito, controlado pela sociedade para que este não exceda sua função de guardião das liberdades individuais, sendo instrumento legítimo para garantir uma ordem que se apresenta como natural para o desenvolvimento das relações econômicas capitalistas afasta e constrói um âmbito da sociedade civil com sentido privado (Acanda, 2002). Desde esta concepção de espaço privado, a sociedade civil se configura também na defesa dos interesses de um grupo restrito e não constrói, portanto, necessariamente um sentido comunitário. Ao levar em conta esses elementos, queremos pensar aqui a constituição da esfera pública e sua configuração como espaço de atuação da sociedade civil.

Conforme abordamos anteriormente, as iniciativas da sociedade civil não necessariamente implicam na geração de valores de igualdade, mas podem ser pensadas como espaços onde eles podem ser desenvolvidos. É neste sentido, e em referência ao nosso objeto de estudo, que devemos pensar como se desenvolve um espaço de comunicação

comunitária no âmbito das organizações sociais, analisando-o como um meio de expressão dos interesses dos trabalhadores sindicalizados. É preciso, através das presentes linhas de análise, questionar de que forma se constitui uma esfera pública que defende valores de comunidade, buscando compreender, além disso, se os trabalhadores organizados são capazes de gerá-los. Por outro lado, também é fundamental pensar na importância da constituição de uma sociedade civil mobilizada na promoção de transformações sociais; uma sociedade civil que se desmassifica, se corporiza e que ganha visibilidade na medida que reconhece sua força em vínculo com a existência da sociedade política.

Antonio Gramsci entende o Estado como ente formado por uma sociedade política - constituída pelos aparelhos administrativos, repressivos e burocráticos – e por uma sociedade civil - constituída por aparelhos privados de hegemonia, isto é, organizações e instituições políticas, educativas, jurídicas, comunicacionais, culturais e religiosas (Semeraro, 1999). Estas duas esferas estão intimamente ligadas e uma depende da outra. Para Gramsci a sociedade civil é um lugar onde se decide a hegemonia, onde o projeto de sociedade é conformado, e onde se elabora e difunde a ideologia. É no âmbito da sociedade civil onde se legitimam os valores que dão forma a um tipo de sociedade determinada, e é neste campo que são refutadas e negociadas as particularidades políticas, culturais e econômicas. Desta forma, podemos dizer que uma classe conquista sua supremacia sobre outra, não só por meio da coerção e da dominação, mas através da conciliação com sua direção intelectual e moral. É preciso distinguir, então, o conceito de dominação do de hegemonia: “(...) o domínio se expressa em formas diretamente políticas e em tempos de crise por meio de uma coerção direta ou efetiva. Porém, a situação mais habitual é um complexo entrelaçamento de forças políticas, sociais e culturais” (Williams, 1997, p. 129). É dizer, a hegemonia não se dá como forma de dominação direta, estável e definitiva, ela se mantém continuamente recriada e redefinida.

Seguindo estas ideias podemos entender o termo hegemonia como um vívido sistema de significados e valores ativos que se materializam continuamente através de ações, decisões e formações das instituições que dão corpo à ideologia. Instituições como a família, a educação, o trabalho, assim como as manifestações da linguagem e a arte, atuam como um complexo sistema de expressão dos valores de uma sociedade, entrelaçando forças políticas e culturais. Por isso, é relevante pensar nos meios de comunicação também como âmbitos onde se expressa e se estabelece o consenso. O monopólio privado dos meios de comunicação conseguiu legitimar um discurso hegemônico diluindo as contradições

estruturais de classe e conciliando interesses opostos, através de uma articulação forçosamente apresentada. Neste sentido, é necessário conceber o âmbito da comunicação enquanto espaço mediante o qual o poder simbólico é criado e reproduzido. É pertinente pensar na comunicação como um espaço de disputa pelo sentido, um lugar propício para a emergência, instalação e reprodução de formas arraigadas da cultura, que sedimenta a ideologia ao mesmo tempo em que pode discuti-la. Se entendermos os meios de comunicação, então, como espaços de fabricação do consenso, e se considerarmos sua constituição em um processo ativo, será possível compreendê-los enquanto espaços onde se cultiva a autoconsciência, e onde são criadas formas subjetivas com potencialidade crítica que desconstroem a aceitação passiva de uma ordem presente na sociedade atual.

Os esforços das organizações por configurar modos sociais mais democráticos, considerando a existência de espaços de comunicação que promovam a liberdade de expressão, tem se dado numa batalha de ideias, numa luta pelo estabelecimento de novas formas de relações culturais. Nesse sentido, o trabalho intelectual de pensar a criação de uma Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual tem significado uma reflexão acerca das necessidades sociais e dos sentidos que tem imposto o monopólio dos meios de comunicação. A exclusão de certos setores na participação de definições políticas implica na limitação da reflexão e da construção do social. Por muito tempo, os discursos das organizações sociais têm permanecido, através de práticas de comunicação nos meios tradicionais, excluídos da cena pública. Em muitos casos, os discursos dominantes os têm absorvidos como representações para si, através da ressignificação e da anulação de seu poder de refutar sentido. É preciso considerar que,

[...] en ciertos momentos la cultura dominante no puede permitir una experiencia y una práctica residual excesiva fuera de su esfera de acción, al menos sin que ello implique algún riesgo. Es en la incorporación de lo activamente residual -a través de la reinterpretación, la disolución, la proyección, la inclusión e la exclusión discriminada- como el trabajo de la tradición selectiva se torna especialmente evidente. (Williams, 1997, p. 144)

Por meio de uma prática ativa, tem-se optado por dar visibilidade e construir como público certos aspectos do discurso das organizações, mesmo adaptando-os às necessidades e expectativas de uma cultura hegemônica. Na medida em que as organizações sociais criam seus próprios meios de comunicação tornam-se capazes de construir novas visibilidades, perspectivas e formas de dar sentido à organização da sociedade. O gerenciamento de um canal de televisão por parte dos trabalhadores organizados, entendendo a transcendência que este meio tem para a expressão e construção de

representações, pode ser visto na sua potencialidade por configurar um espaço de defesa e ampliação do que entendemos como público. A participação das organizações sociais neste espaço favorece e empodera estes sujeitos. Assim, é significativo o fato de que elas redimensionam as decisões sobre o que é comunicado a um nível massivo e sobre os valores que são colocados em suas expressões. É importante pensar que as organizações sociais ao ter seus próprios meios podem ser capazes de dar voz àqueles discursos silenciados sobre os quais não se tem dado espaço.

Como o explica Acanda (2012), a sociedade capitalista tem estabelecido o predomínio e a hegemonia do modo burguês de construção social, pelo qual, uma real reelaboração dos valores presentes nesta sociedade implicará a destruição e a superação das culturas exploradas. Poderíamos dizer que a estratégia política de estabelecer um projeto de televisão público e comunitário alternativo, que permita uma emancipação cultural, dependerá do grau de participação social que se consiga promover. Esta participação não deve ser vista como algo meramente desejável, mas como possibilidade praticável e atuante na construção de sentido. Os meios de comunicação, produtores de poder simbólico, poderão funcionar potenciando a acessibilidade da população ao âmbito do político, desde que consigam afirmar seu protagonismo na produção e no intercâmbio do simbólico.

O uso das mídias como espaço de narração: o caso Replanteo TV

A constituição de uma esfera pública de caráter burguês, embora projetada com a pretensão de ser um espaço de criação de instituições democráticas, acabou favorecendo, sob um critério de formação cultural e pelo sentido de propriedade privada, a exclusão de certos interesses em provimento de outros. Devemos reconhecer que a criação da esfera pública tem se configurado com base numa determinação das lógicas do capital, estendidas, desde o século XX, a todas as esferas de interação social. Segundo explica César Bolaño (2013), fazendo uma leitura fundada na perspectiva da Economia Política da Comunicação,

Lo que vivimos hoy es una nueva reestructuración de la esfera pública, que retoma el carácter excluyente y crítico de la esfera pública burguesa clásica, manteniendo y profundizando, para la mayoría de la población mundial, el paradigma de la cultura de masas y del Estado nacional (Bolaño, 2013, p. 297).

Dentro da mesma lógica, os meios de comunicação cumprem um papel destacado na acumulação do capital, criando produtos com valor de mercado. A criação de monopólios,

favorecidos pelo desenvolvimento de diferentes políticas públicas, tem sido historicamente justificada pela necessidade de controle sobre “a criação e manutenção dos canais por onde circulam as diferentes formas do capital e a informação” (Bolaño, 2013, p.75). Ao modo de vida capitalista não basta a produção material, uma vez que ele se estabelece segundo sua ordem ritual e moral, servindo-se dos meios de comunicação como formas de expressão e reprodução de suas ideologias.

Como forma de manter esta ordem, foram estabelecidas práticas que esterilizam a capacidade crítica que a esfera pública tem potencialmente. Seguindo o pensamento desenvolvido por Bolaño (2013), podemos entender que o sistema capitalista constrói-se com base em estratégias de exclusão, em ações que promovem a desigualdade, gerando formas que mascaram as diferenças e contradições de classe. Através de ações que aparentemente promovem a participação de todos os setores da sociedade, são suprimidos, na realidade, os conflitos e as problemáticas que o sistema traz para um setor amplo da sociedade.

Neste sentido, poderíamos questionar em que medida uma televisão criada pelos trabalhadores organizados pode contribuir para colocar em questão as contradições de classe, capazes de quebrar o consenso e de gerar caminhos para a instalação de uma nova hegemonia. O que parece ser evidente é que não se trata de contar somente com políticas públicas que regulamentem os meios de comunicação, se estas políticas não contribuírem para repensar as lógicas mediante as quais se configuraram historicamente os meios de comunicação, encobrando a existência evidente de desigualdades e desajustes no que concerne ao acesso de direitos sociais fundamentais. Assim como expressa Bolaño, “quanto maior é o número de capitais individuais das instituições públicas que participam do monopólio da informação, mais se reforça a aparência de igualdade” (Bolaño, 2013, p.70).

Na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo, na qual se prima pelo consumo, através da criação autônoma de produtos e necessidades, cobra real importância o fato de que as organizações sociais podem criar seus próprios conteúdos através de uma estética que responda a suas particularidades. Ou seja, a nova configuração do espaço comunicacional não deve somente garantir o acesso aos meios e circuitos de distribuição, o que, é claro, é fundamental, mas, especialmente as organizações, precisam criar significados próprios. Uma das questões centrais da pesquisa, que oferece suporte a esse trabalho, é avaliar em que medida isso tem sido feito no caso dos sindicatos uruguaios.

Como forma de identificar algumas considerações realizadas até aqui num nível teórico, nos aproximaremos de uma análise dos produtos realizados através do canal dos trabalhadores, Replanteo TV. Os conteúdos deste programa são elaborados pelo Sindicato Único Nacional da Construção e Anexos (SUNCA)⁴ que define seu canal como: “Um produto informativo de gênero documentário, que trata temas de atualidade de nossa indústria, lembrando-nos de onde viemos e abordando aspectos sociais, políticos e econômicos que encadeiam-se na vida do obreiro” (<http://www.sunca.org.uy/>). Replanteo TV é transmitido por VTV – sinal a cabo – desde outubro de 2013, sendo filmado e editado por uma produtora privada, La Tribu.

Cada emissão tem uma duração de aproximadamente 30 minutos, apresentando-se com um formato jornalístico. Até o momento, contam-se duas temporadas em atividade, os anos de 2013 e 2014. De uma série de edições para a outra, isto é, de um ano para o outro, foram incorporadas mudanças que apresentam duas estruturas diferentes. Os programas da primeira temporada estiveram a cargo de um apresentador masculino, que abria cada programa disposto num cenário simples e reduzido. No primeiro programa desta temporada, realizou-se um informe sobre uma manifestação feita pelo sindicato, no qual o apresentador apareceu entrevistando os trabalhadores e construindo o diálogo através de uma conversa informal. Nele, o apresentador desempenha um papel protagonista dentro da cena, vestido com as cores do sindicato, da mesma forma que os manifestantes, ele se identifica como mais um trabalhador. Ademais, houve ainda um informe sobre uma atividade solidária de construção de moradias realizada pelos trabalhadores sindicalizados, instante no qual a edição do programa buscou mostrar em detalhe o cenário do relato, incorporando entrevistas aos beneficiários desta iniciativa. Neste caso, o apresentador também assumiu um papel protagonista, dialogando com os entrevistados.

Na segunda temporada, a apresentação passou a estar a cargo de uma mulher e o cenário foi ampliado para um estúdio maior. O programa passou a ter uma estrutura mais definida por blocos, incorporando seções fixas. Assim como na temporada anterior, foram realizadas entrevistas externas, mas a maior parte do programa se desenvolveu dentro do estúdio. O programa continuou contando com entrevistas de trabalhadores, mas, ao

⁴O SUNCA é um sindicato com presença em todo o país tendo um número elevado de afiliados em relação ao total de trabalhadores deste ramo. Este sindicato tem crescido nos últimos anos devido ao aumento do investimento no setor da construção, elevando o número de empregados neste setor. Isto fez com que o sindicato se fortalecesse e aumentasse sua incidência política, conseguindo uma ativa participação na aprovação da Lei de Responsabilidade Penal Empresarial, o que significou uma conquista importante para este. Isto também contribuiu para o desenvolvimento da comunicação do sindicato, âmbito privilegiado pela organização por seu papel primordial em seu crescimento.

contrário da temporada anterior, o apresentador não aparece dentro da cena. Ao invés disso, apenas o trabalhador individualmente respondendo as questões que surgiam de forma implícita. Além disto, foram incorporados informes com dados numéricos, apresentados na tela através do uso de gráficos. Esta temporada inovou também na criação de uma seção na qual foram convidados especialistas ou figuras reconhecidas da cultura para falar de algum assunto vinculado aos interesses do sindicato.

Considerações finais

Poderíamos avaliar que de uma temporada para outra, Replanteo TV tem se aproximado a um formato do qual, como espectadores, estamos mais acostumados, por termos assistido fundamentalmente a conteúdos nas mídias tradicionais. Neste programa os conteúdos têm sido carregados com maior formalidade, reduzindo os espaços de construção do relato fora do estúdio. De qualquer maneira, isto não significa que a emissora não continue com sua tentativa de mostrar os trabalhadores como protagonistas do relato, exibindo as suas particularidades.

Creemos que neste caso, assim como ocorre com outras experiências, não eximidas de condicionamentos de uma prática histórica marcada pelos modos aprendidos e reproduzidos de construir e consumir conteúdos televisivos, é evidente a dificuldade por construir uma linguagem de representação própria dos trabalhadores. Assim como o entende César Bolaño (2013), a Indústria Cultural é capaz de reelaborar a cultura popular conseguindo dissolver as formas de cultura de classe. As particularidades de expressões culturais que poderiam apresentar-se como expressões de resistência são finalmente subordinadas num paradigma generalista.

Os modos capitalistas de produção tem determinado a supremacia do lucro em detrimento da atenção sobre as necessidades humanas. A constituição de uma sociedade estruturada em classes sociais, em que um setor detém os meios de produção enquanto os outros precisam vender sua força de trabalho para subsistir, tem determinado uma relação de supremacia e dominação de uns sobre outros. Esta relação é mantida graças à capacidade da classe dominante de dispor e controlar, além dos meios materiais de produção, os meios imateriais de produção intelectual (Dantas, 2008). Desta maneira, o modelo capitalista obtém êxito na medida em que suas práticas são racionalizadas e conseguem ser internalizadas pelo conjunto dos indivíduos que constituem a sociedade.

Os valores deste sistema, uma vez expandidos e significados como universais e naturais, têm conseguido desvincular do trabalhador o sentido da sua experiência, afastando-o da sua condição objetiva que determina a construção do sistema social. As maneiras de expansão do capitalismo, aliada a sua necessidade de acumulação e consumo, têm desenvolvido formas que obscurecem as contradições que caracterizam a sociedade de classes. Por meio delas, os antagonismos são reduzidos enquanto forma de manter e reproduzir os valores capitalistas.

Neste contexto, é compreensível a dificuldade em estabelecer modos de comunicação nos quais os trabalhadores se vejam presentes, identificados. De todo modo, podemos afirmar que a experiência da Replanteo TV, sendo um canal de expressão dos trabalhadores gerenciado por eles mesmos como sujeitos próprios de enunciação, contribui à construção na sua voz, se opondo a representações atribuídas desde fora. Por outro lado, o fato de mostrar os trabalhadores como protagonistas das cenas, sendo que eles são os responsáveis pela elaboração dos discursos, contribui para que sua expressão seja apresentada e visualizada como legítima. Além disto, busca-se promover o empoderamento dos trabalhadores, salientando a função do sindicato como forma de construção social fundada em valores de solidariedade. A comunicação de massas dirigida para um público tão genérico que não define as diferenças de classes, mas que, pelo contrário, tende a homogeneizar indivíduos com necessidades e expectativas muito diferentes, não contribui para revelar as contradições presentes no sistema capitalista. Os conteúdos elaborados por Replanteo TV mostram os trabalhadores como construtores da sua realidade, uma vez que são sujeitos de ação, e não receptores passivos de uma ordem ulterior. O conteúdo comunicado neste programa se apresenta como afirmação não do individualismo, mas da construção de tarefas coletivas materializadas por meio da participação sindical. As identificações pretendidas representam a busca pela identificação do trabalhador que se vê na tela, não como ente individual, mas sim no seu fazer coletivo, que o constitui como sujeito na práxis social.

Na sua potencialidade, podemos dizer que esta experiência poderá ser replicada através de outras que a ampliem, como no caso do futuro Mi Canal, canal concedido pelo governo para o gerenciamento do Plenário Intersindical de Trabalhadores – Central Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT). Este canal, assim como é expresso no seu projeto comunicacional, procura gerar um sentido de pertencimento para a comunidade de trabalhadores. A tentativa é que a comunidade “se veja” através do canal, apropriando-se

dos conteúdos que se apresentam, sendo expressões da sua história e sensibilidade. Nos objetivos do canal manifesta-se o propósito de construir mensagens e conteúdos que permitam mostrar aos trabalhadores desde seus “próprios olhos”, e apostando na integração latino-americana e na construção de uma sociedade solidária, sustentável e equitativa⁵.

Neste sentido poderíamos dizer que a busca é por experiências de comunicação que alimentem, desde uma perspectiva comunitária, o fortalecimento do espaço social. Como foi dito, os espaços públicos de comunicação podem ver-se como espaços para o desenvolvimento de narrativas contra-hegemônicas desde que reconheçam a importância da dimensão subjetiva. Isto é, que se desenvolvam produtos comunicacionais nos quais os sujeitos se enxerguem como protagonistas na construção dessas narrativas e se identifiquem nas formas propostas de apresentação dos conteúdos. A importância de uma prática na criação de uma linguagem visual, textual e simbólica está na sua colaboração com a construção de processos emancipatórios dos setores envolvidos (Kaplún, 2011). A construção de uma comunicação alternativa deve ser uma ação consciente, considerando o fato de que, como se discutiu neste trabalho, a Indústria Cultural possui uma ampla capacidade de absorver para si qualquer experiência, mesmo a alternativa (Bolaño, 2013). Para isto, é preciso que as organizações sociais e os setores encarregados nesta tarefa possam se deter nas análises tanto da criação de seus próprios produtos como dos elaborados pela mídia tradicional. Já a academia, na sua produção intelectual, pode ser fundamental na construção dessas análises e na vinculação com a prática, em uma tarefa de envolvimento contínuo com estes setores e levando em conta a necessidade de fortalecer o espaço público social.

Referências bibliográficas

ACANDA, Jorge Luis. Sociedad civil y hegemonía. Habana: Centro de Investigación y desarrollo de la Cultura Cubana “Juan Marinello”, 2002.

BOLAÑO, César. Industria Cultural, información y capitalismo. Barcelona: Editorial Gedisa, 2013.

DANTAS, Rodrigo. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. Comunicação e contra-hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 91-118, 2008.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵ Projeto comunicacional do canal de televisão digital comunitário do Plenário Intersindical de Trabalhadores – Central Nacional de Trabalhadores -PIT-CNT – do Uruguai.

GRUPPI, Luciano. O conceito de Hegemonia em Gramsci. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

KAPLÚN, Gabriel. Políticas de comunicación en Uruguay: agenda pendiente y agenda pública. Derecho a Comunicar No 1, México, 2011. Disponível em:
<http://www.derechoacomunicar.amedia.org.mx/>.

QUIJANO, Aníbal . Lo público y lo privado: Un enfoque latinoamericano. Cuestiones y Horizontes: De la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/ Descolonialidad del Poder, Buenos Aires: CLACSO, p. 705-732, 2014.

RAYMOND, Williams. Marxismo y literatura. 2a ed. Barcelona: Península-Biblos, 2000.

RENNA, Henry. Sobre el ejercicio y construcción de las autonomías. Santiago de Chile: Poblare Ediciones, 2014.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis: Vozes, 1999.

URUGUAI. Lei N. 19.307, de 29 de dezembro de 2014. Lex: Servicios de Comunicación Audiovisual, Montevideo, 2014.